

Paraíba Unida pela Paz

Prêmio ODS Brasil 2018

Instituição Responsável: Governo do Estado da Paraíba

Contato: Vinícius César de Moura Santana

E-mail: paraibaunidapelapaz@gmail.com; defesasocial.pb@gmail.com

Telefone: (083) 98801-0356 / 98839-1027

Endereço: Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I, CEP - 58055 - 018 - João Pessoa – PB.

Local de realização: Estado da Paraíba

Data de início da prática: 01/01/2011

Fotos



Aderência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Caracterização da situação-problema

O problema principal verificado na Segurança Pública no Estado da Paraíba era a ausência de política pública para a proteção das vidas. De acordo com a pesquisa “Mapa da Violência

2012”, na Paraíba houve um crescimento nos homicídios dolosos no período de 2000 a 2010 de 180%. A taxa de Homicídios por 100 mil habitantes saiu de 15,1 no ano 2000 para 38,8 em 2010, quase quatro vezes mais do que o limite recomendado pela ONU. Os Homicídios na Paraíba eram muito mais frequentes nas periferias das cidades, em favelas e comunidades com baixa presença de serviços públicos. Ademais, o crescimento da violência não só atingia os mais pobres, mas também os mais vulneráveis. Ainda de acordo com o Mapa da Violência 2012, a Paraíba era em 2010, ano anterior à implementação do Programa Paraíba Unida pela Paz, o quarto estado com a maior taxa de homicídios de mulheres no Brasil, e 38% das vítimas eram jovens de 15 a 24 anos. Toda esta situação se agravava pelo fato de que as autoridades públicas desconheciam esta realidade, pois não havia nenhum monitoramento estatístico destes crimes ocorridos, tampouco estudo feito em nível local para conhecer e acompanhar esta dinâmica, um sinal alarmante desta negligência era que em muitos casos de Homicídios os inquéritos para apurar estes crimes nem mesmo eram instaurados. Outros pontos que prejudicavam a atuação qualificada da Secretaria de Segurança Pública eram a escassez de diretrizes pautadas na proteção e promoção dos Direitos Humanos, necessárias para aproximar a polícia da comunidade e reduzir os casos de violência policial, e a inexistência de políticas de gestão para a integração dos órgãos policiais.

Objetivos da prática

O Programa Paraíba Unida pela Paz tem como objetivo principal a elevação da sensação de segurança da sociedade a níveis satisfatórios. Como objetivos secundários temos em primeiro lugar a redução dos crimes violentos contra a vida, concretizado pela definição em Portaria de meta de redução anual em 10% dos crimes violentos letais intencionais - CVLI. O Segundo objetivo secundário é a diminuição dos índices de Crimes Violentos contra o Patrimônio - CVP. E, como terceiro objetivo secundário, temos o sustentável e contínuo aprimoramento institucional dos órgãos operativos da Secretaria de Estado de Segurança e Defesa Social que conduzem o Programa. O público alvo direto é toda a população no Estado da Paraíba, porém com a devida ênfase nos grupos sociais mais vulneráveis à violência criminal, que são as pessoas jovens, de baixa renda e escolaridade e do gênero feminino. Um benefício indireto da política é direcionado ao público interno das organizações, que passarão a compor instituições mais eficientes e socialmente valorizadas.

Descrição da implantação da prática

Na primeira etapa, que podemos chamar de Estruturação, o Programa Paraíba Unida pela Paz inovou na Segurança Pública do Estado da Paraíba ao introduzir um novo modelo de gestão, fundamentado na liderança do chefe do poder executivo estadual e em um Comitê de Governança, do qual fazem parte o Secretário de Segurança, o Comandante Geral da Polícia Militar, o Delegado Geral da Polícia Civil e o Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar, em articulação com Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria

Pública, Secretaria de Administração Penitenciária, além de outras secretarias de Estado. Tal comitê passou a estabelecer diretrizes únicas e harmônicas para a atuação destes órgãos operativos, em um novo método de gestão que visava à prestação de contas do serviço público fornecido para a sociedade paraibana. Uma das primeiras medidas deste grupo foi a realização de um diagnóstico institucional e criminal que subsidiou um planejamento operacional comum aos órgãos operativos. Nesse processo inicial, foi fundamental a modificação das estruturas administrativas das instituições da Segurança Pública para a efetivação das diretrizes do programa, concretizada pela edição da Lei Complementar Nº 111/2012, realizando uma readequação de suas divisões geoadministrativas para que fossem equivalentes em todos os órgãos operativos, e assim houvesse a devida responsabilização territorial no processo de gestão. Além disso, com a criação do Núcleo de Análise Criminal e Estatística - NACE, um setor específico para a produção de Análises Criminais e Estatísticas de Segurança Pública, possibilitou-se o contínuo monitoramento estatístico dos crimes violentos para uma cobrança por resultados de cumprimento das metas de redução de criminalidade estabelecidas. Na segunda etapa, o Desenvolvimento, a partir desta nova conformação administrativa, foi possível desenvolver ações de transformação das práticas policiais para o atingimento das metas estabelecidas no programa, em um contínuo e sustentado processo de planejamento, execução das diretrizes comuns, avaliação de desempenho, identificação e saneamento de falhas no processo e replicação das boas práticas. Isto fomentou a execução de novas estratégias tais como a definição dos focos de atuação de acordo com as áreas de maior incidência de homicídios no Estado; fortalecimento e priorização da atividade investigativa no tocante aos homicídios, com ampliação e qualificação das Delegacias de Crimes contra a Pessoa; fortalecimento do combate à circulação ilegal de armas de fogo, criando um bônus pecuniário para os policiais que realizassem apreensões de Armas de Fogo, fortalecimento do combate ao tráfico de entorpecentes com a ampliação e qualificação das Delegacias de Repressão a Entorpecentes; realização constante de operações de prevenção qualificada, com concentração massiva de recursos de policiamento ostensivo nos dias, horários e locais mapeados como de maior risco de Homicídios; realização constante de operações de repressão qualificada com o cumprimento de mandados de prisão ou prisões em flagrante dos criminosos mais perigosos; e fortalecimento das atividades de inteligência sobre os casos de homicídios tanto para a investigação dos casos ocorridos como também para a prevenção de ameaças destes crimes. Além destas ações operacionais, houve um grande incremento na logística e na infraestrutura, com forte investimento em armamentos, coletes, viaturas e outros equipamentos que antes do Programa estavam em escassez ou precariedade. Também foi realizado grande esforço na qualificação dos policiais, sobretudo em Policiamento Comunitário e em atividades técnicas como investigação de Homicídios. Por fim, ainda houve grande investimento nos sistemas de comunicação possibilitando maior segurança e agilidade nas ações policiais, com a implantação de tecnologia digital do Sistema Tetra. Na terceira e última etapa, que não esgota as anteriores, houve um processo de Consolidação, que se dedicou a fortalecer a sustentabilidade e continuidade do programa, conferindo a este cada vez mais o caráter de política de Estado e não de um programa de governo. Nesse sentido, foi editada a Lei Nº 11.049/2017, que instituiu legalmente o programa Paraíba Unida pela Paz definindo seus princípios e diretrizes máximas, conectando todos os demais atos

normativos que os sustentam. Além desta lei, paralelamente tem sido desenvolvido o Planejamento Estratégico da Secretaria de Estado da Segurança e Defesa Social com perspectivas de programação futura até o ano de 2024.

Recursos financeiros

Origem dos Recursos	Realizado em 2017	Previsto para 2018
Recursos próprios da instituição responsável pela gestão da prática	R\$898.319.356,00	R\$925.630.016,00
De parcerias:		
• Instituições privadas nacionais		
• Instituições públicas nacionais	R\$12.749.462,00	R\$20.565.426,00
• Instituições internacionais		
Outros		
Total	R\$911.068.818,00	R\$946.195.442,00

Equipe da prática

Origem da equipe	Número de pessoas
Entidade responsável pela gestão da prática	12.139
Entidades parceiras	
Voluntários/outros	
Total	12.139

Instituições parceiras

As parcerias são fundamentais ao modelo de Governança do Programa, no sistema de justiça criminal foram formalizados termos de cooperação da SESDS com o Ministério Público e o Poder Judiciário, além de existência prática de parcerias constantes com outras pastas do

poder executivo como a Secretaria da Administração Penitenciária, de Educação, da Mulher e da Diversidade, de Juventude, Defensoria Pública, entre outras.

Participação dos beneficiários

A participação da sociedade ocorre de diversas maneiras no Programa, em 2011, foi realizado um Fórum para ouvir a sociedade civil organizada, demonstrar nosso plano de ações e ouvir críticas e sugestões. Nos demais anos de desenvolvimento da política a participação se dá pela fiscalização dos resultados com a transparência das estatísticas criminais que agora são publicadas trimestralmente em página institucional do governo, e por meio da iniciativa do Orçamento Democrático Estadual, uma rotina de reuniões populares que discutem problemas da comunidade.

Resultados alcançados

Os resultados gerais mais importantes verificados são a redução gradativa nas Taxas de Homicídios (CVLI) por grupo de 100 mil habitantes no Estado, saindo de 44,3 para 31,9, gerando uma redução acumulada de 28%, conforme os dados da SESDS. Além disso, de acordo com o Atlas da Violência 2018 do IPEA, o Programa foi o responsável pela destacada melhoria da Paraíba no ranking dos estados mais violentos do país, saindo da 3ª posição entre as unidades da federação com maior taxa de Homicídios em 2011 para a 18ª posição em 2016, se tornando o segundo Estado do norte e nordeste com menor Taxa de Homicídios. Em um recorte qualitativo, também é um resultado muito significativo a diminuição na Taxa de homicídios de mulheres no Estado, com uma queda acumulada de 51% saindo de 7,47 em 2011 para 3,66 em 2017 conforme os dados da SESDS, e a redução das Taxas de CVLI na capital João Pessoa, caindo de uma Taxa de Homicídios de 81 em 2011 para 36,7 em 2017 com queda acumulada de 55%. Ademais, outros resultados que se complementam a estes são o somatório de 21.467 armas de fogo apreendidas de 2011 a 2017, fazendo com que a Paraíba tenha a 3ª maior Taxa destas apreensões no país, um total de 12,8 toneladas de entorpecentes apreendidos no Estado no mesmo período, e um crescimento global na população carcerária na Paraíba de 44% de 2011 a 2017.

A situação atual é de continuidade da rotina administrativa e do processo de gestão por resultados do Programa, levando o Estado da Paraíba ao sétimo ano consecutivo de redução dos números de CVLI com uma redução acumulada de cerca de 5% de janeiro a maio de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior.

Convergência da prática com políticas públicas vigentes

A prática converge com o Plano Nacional de Redução de Homicídios, já aprovado em comissões na Câmara Federal e no Senado, porém que ainda não se consolidou em medidas concretas. Ocorre que são minoria os casos no país de políticas públicas eficazes de redução da violência letal, a maioria delas iniciativas exclusivas dos Estados.

Lições aprendidas

Desafios encontrados

Os principais obstáculos enfrentados durante a implantação do Programa Paraíba Unida pela Paz foram as limitações financeiras resultantes da atual crise econômica que não permitiram um maior incremento dos recursos materiais e humanos nas fileiras das corporações. Outro obstáculo encontrado foi a resistência do efetivo a algumas mudanças, a exemplo da integração entre as polícias, em razão de culturas já tradicionais, ou a resistência a modelo de gestão baseado numa maior cobrança por resultados.

Fatores críticos de sucesso

Os fatores que contribuíram para a superação dos obstáculos citados foram exatamente a busca de parcerias para suprir a limitação orçamentária. Por exemplo, através de convênios com o governo federal foi possível um investimento na ordem de 40 milhões no sistema de comunicações da SESDS. Quanto à resistência do efetivo, esta barreira foi vencida com por meio de intenso trabalho de conscientização e diálogo nas instituições, além de políticas de premiação pecuniária por cumprimento de metas.